



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

313

Grupo de Câmaras de Direito Público

Ação Rescisória nº 0128294-2 (N.P.U. 0006701-56.2005.8.17.0000)

Autor: Estado de Pernambuco

Réu: Com Arte Ltda

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AÇÃO RESCISÓRIA. ALEGAÇÃO DE ERRO DE FATO. INEXISTÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. INÉRCIA DO EXEQUENTE POR MAIS DE CINCO ANOS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE DECRETADA DE OFÍCIO. IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO RESCISÓRIA. DECISÃO UNÂNIME.

1. A ação em comento visa à rescisão do acórdão que manteve a sentença prolatada nos autos da Execução Fiscal, a qual declarou *ex officio* a prescrição do crédito tributário de que trata a Certidão de Dívida Ativa acostada à fl. 20 dos autos.
2. Inerte a Fazenda Pública por mais de cinco anos foi prolatada sentença que declarou, de ofício, a prescrição do crédito tributário, com fundamento no art. 146, III, "b", da Constituição Federal e artigos 156, inciso V e 174, do CTN, c/c os artigos 269, inciso IV e 795, do CPC.
3. É inadmissível o manejo da Ação Rescisória alicerçada no inciso IX do art. 485, CPC, uma vez que a rescisão fundada em erro de fato somente tem lugar quando não tenha havido pronunciamento judicial a respeito, o que não ocorre no caso dos autos, tendo em vista que houve manifestação do órgão colegiado acerca da prescrição que entendia aplicável à espécie.
4. As regras do artigo 40 da Lei nº 6.830/80 (Lei de Execução Fiscal) merecem ser interpretadas em harmonia com o princípio geral da prescrição tributária, estabelecido pelo artigo 174 do CTN, considerada Lei Complementar.
5. A prescrição para a cobrança de crédito tributário é de 05 (cinco) anos, art. 174, do CTN, compreendendo-se aí a prescrição intercorrente. Em consequência, se o processo de execução fiscal permanece parado pelo prazo de 05 (cinco) anos, aguardando diligências da Fazenda Pública para ser movimentado, restará consumada a prescrição, a qual poderá ser decretada de ofício pelo julgador.
6. A falta de impulso oficial do processo, por si só, não exime a responsabilidade do exequente pela condução do feito executivo, mormente porque na hipótese o transcurso de prazo superior a cinco anos ocorreu após a citação.
7. O fato de o julgado haver adotado a interpretação menos favorável à parte, ou mesmo a pior dentre as possíveis, não justifica o manejo da rescisória, na medida em que não se cuida de via recursal com prazo de dois anos.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

8. Ação Rescisória improcedente.
9. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Ação Rescisória nº 0128294-2**, em que são partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem o Grupo de Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em julgar a Ação Rescisória improcedente**, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 21 de maio de 2014.

Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

300

Grupo de Câmaras de Direito Público

Ação Rescisória nº 0128294-2 (N.P.U. 0006701-56.2005.8.17.0000)

Autor: Estado de Pernambuco

Réu: Com Arte Ltda

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Cuida-se de Ação Rescisória proposta pelo Estado de Pernambuco, ajuizada com fulcro no art. 485, inciso IX, do CPC, com a qual pretende ver rescindido o acórdão que negou provimento ao Reexame Necessário, prejudicado o recurso voluntário do Estado de Pernambuco, para manter a sentença que declarou, de ofício, a prescrição do crédito tributário pleiteado nos autos da Execução Fiscal promovida pelo Estado de Pernambuco contra a empresa Com Arte Ltda, baseada na CDA de fl. 20.

Em suas alegações, o autor sustenta a ocorrência de erro de fato na extinção da Execução Fiscal nº 001.1991.080654-4, pois não houve prescrição do crédito tributário por ausência de citação da ré, a qual foi devidamente citada por Oficial de Justiça, como se vê à fl. 29V. dos autos.

Sustenta que a paralisação do feito executivo após o despacho que determinou vistas à Fazenda Pública decorreu de fato atribuível ao serviço judiciário.

Requer, portanto, a procedência do pedido, para rescindir o acórdão proferido pela 3ª Câmara Cível desta Corte de Justiça.

Determinada a citação do representante legal da empresa ré, não foi possível ao Oficial de Justiça localizar o número indicado no mandado, sendo promovida a citação por edital da demandada, o que ocorreu conforme certidão de fl. 288.

Devidamente citada, a empresa Com Arte Ltda. deixou transcorrer *in albis* o prazo para contestar a presente Ação Rescisória.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

O Ministério Público com assento nesta Câmara absteve-se de opinar sobre o mérito da lide, por não vislumbrar interesse público que ensejasse a sua atuação no feito (fls. 296/297).

É o Relatório.

Ao Revisor.

Recife, 22 de abril de 2014.

Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

308
05

Grupo de Câmaras de Direito Público

Ação Rescisória nº 0128294-2 (N.P.U. 0006701-56.2005.8.17.0000)

Autor: Estado de Pernambuco

Réu: Com Arte Ltda

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO

A ação em comento visa à rescisão do acórdão que manteve a sentença prolatada nos autos da Execução Fiscal, a qual declarou *ex officio* a prescrição do crédito tributário de que trata a Certidão de Dívida Ativa acostada à fl. 20 dos autos.

Compulsando os autos, observa-se que a inscrição do crédito na dívida ativa se deu 30/09/1991 (fl. 20), tendo a Fazenda Estadual ajuizado a Ação de Execução Fiscal em 19/12/1991 (fl.16). A empresa executada foi citada em 21/01/1992 (fl. 29V.), procedendo-se à penhora de bens. Sem embargos, houve a intimação do sócio majoritário da empresa ré para indicar a localização dos seus bens, o que foi feito em 07/06/1994 (fl. 39V.).

Em 04/08/1994, foi determinada a ouvida da Fazenda Estadual para, no prazo de 10 (dez) dias manifestar-se acerca das informações prestadas pela empresa ré (fl. 39V.).

Inerte a Fazenda Pública por mais de cinco anos, em 14/10/2000 foi prolatada sentença que declarou, de ofício, a prescrição do crédito tributário, com fundamento no art. 146, III, "b", da Constituição Federal e artigos 156, inciso V e 174, do CTN, c/c os artigos 269, inciso IV e 795, do CPC.

Irresignado, o Estado de Pernambuco apelou a esta e. Corte de Justiça, restando seu apelo prejudicado ante o desprovimento do Reexame Necessário pela e. Terceira Câmara Cível deste Sodalício, em 01/10/2003. Contra o referido acórdão foram opostos Embargos de Declaração, os quais foram rejeitados à unanimidade. Ao Recurso Especial interposto foi negado seguimento, tendo o trânsito em julgado ocorrido em 23/09/2004.

Pois bem. Verifico que, tal como proposta, é inadmissível o manejo da Ação Rescisória alicerçada no inciso IX do art. 485, CPC, uma vez que a rescisão fundada em erro de fato somente tem lugar quando não tenha havido pronunciamento judicial a respeito, o que não ocorre no caso dos autos, tendo em vista que houve manifestação do órgão colegiado acerca da prescrição que entendia aplicável à espécie.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

309
Ay

Nesse sentido, Nelson Nery Jr. (CPC Comentado, p. 944):

IX.: 20. Erro de fato. "Para que o erro de fato legitime a propositura da ação rescisória, é preciso que tenha influído decisivamente no julgamento rescindendo. Em outras palavras: é preciso que a sentença seja efeito do erro de fato; que haja aquela e este um nexo de causalidade" (Sidney Sanches, RT 501/25). Devem estar presentes os seguintes requisitos para que se possa rescindir sentença por erro de fato: a) a sentença deve estar baseada no erro de fato; b) sobre ele não pode ter havido controvérsia entre as partes; c) sobre ele não pode ter havido pronunciamento judicial; d) que seja aferível pelo exame das provas já constantes dos autos da ação matriz, sendo inadmissível a produção, na rescisória de novas provas para demonstrá-lo."

Não obstante os argumentos do autor, discordando com a orientação posta no acórdão rescindendo, não há falar em erro de fato, mas de interpretação reputada pertinente e adequada pelo Colegiado acerca da questão posta em juízo.

Nesse sentido:

STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO POR PAGAMENTO NOTICIADO PELA FAZENDA PÚBLICA. POSTERIOR CONSTATAÇÃO DE ERRO. AÇÃO RESCISÓRIA. ERRO DE FATO. INEXISTÊNCIA. ALÍNEA C. NÃO DEMONSTRAÇÃO DIVERGÊNCIA. 1. Hipótese em que a Execução Fiscal ajuizada pelo Estado da Paraíba foi extinta a seu pedido, com base em documento que demonstraria o pagamento do crédito tributário. 2. Posteriormente, constatou-se equívoco no sistema informatizado de gerenciamento da dívida ativa, de modo que o crédito tributário permanecia pendente de adimplemento. 3. O Tribunal de origem julgou improcedente o pedido deduzido em Ação Rescisória, ao argumento de que a hipótese não se amolda à previsão do art. 485, IX, do CPC. 4. Com efeito, o erro de fato ocorre quando o juiz compõe a lide supondo a existência de situação que não ocorreu, ou vice-versa, seja por razão imputável à parte, seja porque induzido a tal por perícia maliciosa. A interpretação a respeito de requerimento formulado pelas partes descaracteriza o erro de fato. 5. In casu, é importante registrar que houve pronunciamento judicial a respeito do fato, mesmo porque o órgão julgador foi para tanto instado por provocação do recorrente. 6. A divergência jurisprudencial deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que

Dr. Erik



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

310
[Assinatura]

identificam ou assemelhamos casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles. Indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente. O desrespeito a esses requisitos legais e regimentais (art. 541, parágrafo único, do CPC e art. 255 do RI/STJ) impede o conhecimento do Recurso Especial, com base na alínea c do inciso III do art. 105 da Constituição Federal. 7. Incabível, na espécie dos autos, a Ação Rescisória com fundamento no art. 485, IX, do CPC. 8. Recurso Especial parcialmente conhecido, e, nessa parte, não provido. (STJ - REsp: 1263278 PB 2011/0114585-7, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 18/08/2011, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 08/03/2012)

Outrossim, as regras do artigo 40 da Lei nº 6.830/80 (Lei de Execução Fiscal) merecem ser interpretadas em harmonia com o princípio geral da prescrição tributária, estabelecido pelo artigo 174 do CTN, considerada Lei Complementar.

Assim, a prescrição para a cobrança de crédito tributário é de 05 (cinco) anos, art. 174, do CTN, compreendendo-se aí a prescrição intercorrente. Em consequência, se o processo de execução fiscal permanece parado pelo prazo de 05 (cinco) anos, aguardando diligências da Fazenda Pública para ser movimentado, restará consumada a prescrição, a qual poderá ser decretada de ofício pelo julgador.

É remansoso o entendimento do STJ no sentido de que “*paralisada a execução fiscal e daí decorridos mais de cinco anos de inércia do exequente, há de ser reconhecida a prescrição intercorrente do feito, pois o art. 40 da Lei de Execuções Fiscais deve ser interpretado em harmonia com o art. 174 do Código Tributário Nacional, haja vista a natureza de lei complementar atribuída a este, que deve prevalecer sobre aquele*” (AgRg no REsp 623.036/MG, Rel. Min. Denise Arruda, DJU de 3.5.07).

A falta de impulso oficial do processo, por si só, não exime a responsabilidade do exequente pela condução do feito executivo, mormente porque na hipótese o transcurso de prazo superior a cinco anos ocorreu após a citação.

DIREITO TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. INÉRCIA DO EXEQUENTE NO PROSSEGUIMENTO DO FEITO. OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DECRETAÇÃO DE OFÍCIO. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. POR UNANIMIDADE. 1. Verifica-se que o processo ficou
3 (AR 0128294-2)

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

311
[Assinatura]

paralisado por mais de 06 (seis) anos sem qualquer interesse autoral no prosseguimento do feito; 2. Este Egrégio TJPE, nos últimos anos, vinha decidindo pela impossibilidade do Juiz de 1º grau prolatar sentença extinguindo a execução ex officio, sob o fundamento da incidência da Súmula nº 106 do Superior Tribunal de Justiça; 3. Após aprofundado estudo da matéria, esta Câmara passou a admitir a decretação da prescrição, de ofício, pelo Juiz, tendo em vista que a prescrição tem seu fundamento na paz social, na tranquilidade e segurança da ordem jurídica, fundamentais na busca da efetividade do Direito; 4. O cerne de dita mudança de posicionamento jurisprudencial reside na imposição de segurança jurídica aos litigantes, vez que a admissibilidade da manutenção de relações processuais inócuas conspira em desfavor dos princípios gerais do Direito, mais precisamente aquele segundo o qual as lides nascem para serem solucionadas e os processos devem representar um instrumento de realização da justiça; 5. Se a Fazenda, como autora da ação, não diligenciou no sentido de praticar os atos que lhe competiam para dar andamento ao feito, demonstrando, com isso, desinteresse na percepção do valor objeto da execução, o entendimento é no sentido de que não lhe é dado conceder dilação de prazo, quando já inexigível o crédito, para arguição de eventuais causas suspensivas ou interruptivas aferíveis de pronto pelo Magistrado, dado a sua natureza de interesse público e sua natural indisponibilidade; 6. Assim é que a falta de citação do devedor e/ou a ausência de diligências essenciais ao desenvolvimento do feito por mais de cinco anos, ensejam a perda de condição essencial de exigibilidade do título executivo, razão pela qual o processo não pode ter seguimento, devendo ser extinto por falta de uma das condições essenciais à execução fiscal; 7. A manutenção, pois, do privilégio de não se poder alegar a prescrição de ofício pelo juiz quando estão em jogo interesses públicos, ou mesmo de condicionar a sua declaração à prévia oitiva da Fazenda Pública, ou, o que é pior, ao arquivamento do feito durante um lapso temporal, enseja a procrastinação ad infinitum de ações que já não possuem requisitos de exigibilidade, o que se mostra absolutamente abusivo; 8. Este não é posicionamento isolado desta 7ª Câmara Cível. Ao contrário, alhures também já se cuidou de incorporar nas análises interpretativas as recentes mudanças legislativas, como o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e, principalmente, o próprio Superior Tribunal de Justiça, que esperamos passe a ser o novo paradigma daquela Corte, a exemplo dos seguintes: REsp 843557/RS; REsp 857397/RS e REsp nº 814696/RS; 9. Recurso de agravo não provido. Por unanimidade. (TJ-PE -

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

312
dy

**AGV: 2363886 PE 0005037-77.2011.8.17.0000, Relator: Luiz Carlos Figueirêdo,
Data de Julgamento: 03/04/2012)**

Por conseguinte, o fato de o julgado haver adotado a interpretação menos favorável à parte, ou mesmo a pior dentre as possíveis, não justifica o manejo da rescisória, na medida em que não se cuida de via recursal com prazo de dois anos.

Assim, a presente ação rescisória não deve ser acolhida, em virtude da evidente tentativa do Estado de Pernambuco autora em rediscutir o que foi decidido anteriormente, como se tratasse de um recurso.

A par de tais argumentos, inexistente na demanda em apreço qualquer configuração de rescindibilidade apta ao manejo de Ação Rescisória, não merece prosperar a presente demanda, pelo que **voto pela improcedência da presente ação**, a fim de que seja mantido o Acórdão vergastado em todos os seus termos.

Face ao resultado preconizado e atento às diretrizes dos §§ 3º e 4º do art. 20 do Código de Processo Civil, condeno a parte autora em honorários de sucumbência que arbitro em R\$ 1.0000,00 (hum mil reais).

É como voto.

Recife, 21 de maio de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

315
[Assinatura]

17

Grupo de Câmaras de Direito Público
Ação Rescisória nº 128294-2
Autor (s): Estado de Pernambuco
Réu (a/s): Com Arte Lida
Relator: Des. Erik de Souza Dantas Simões
Revisor: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

VOTO DE REVISÃO:

Analisados os autos, **acompanho integralmente o voto do eminente relator** no sentido de **JULGAR IMPROCEDENTE** o pedido de rescisão do julgado, por entender que a presente ação está sendo utilizada como sucedâneo de recurso.

É como voto.

Recife, 21 de MAIO de 2014

[Assinatura]
Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Revisor